

## Senhoras e senhores acionistas,

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da pandemia da COVID-19, um dos acontecimentos mais desafiadores da nossa história.

Mesmo com todo o cenário de incertezas, surgiram oportunidades para promovermos inovações em nossos modelos de negócios e na forma de trabalho. Com a busca contínua por eficiências e entendimento das melhores formas de atender as pessoas, clientes, colaboradores e acionistas, a Empresa registrou lucro líquido de R\$ 854,2 milhões, possuindo patrimônio líquido de R\$ 2,9 bilhões com ativos totais de R\$ 3,4 bilhões.

Resultado obtido, principalmente, pela resiliência das empresas componentes do Grupo que, cientes de seu papel, ofereceram meios de pagamento para que brasileiros pudessem receber apoio financeiro na pandemia e potencializaram instrumentos digitais que serviram não só como conveniência, mas como ferramentas alinhadas aos protocolos de saúde estabelecidos.

Outros dois fatos relevantes que ocorreram ao longo do ano foram a distribuição de R\$ 1,1 Bilhões de dividendos aos acionistas e a incorporação da Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. pela Elo Participações Ltda.

Pensando-se na segurança e bem-estar de nossos colaboradores, todas as atividades continuaram através de trabalho remoto, contribuindo com a preservação da saúde e em linha com as ações para superação da pandemia. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração a todos os nossos colaboradores, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. E, em especial, aos nossos clientes que nos honram com a sua escolha.

Convidamos a todos para conhecerem o resumo de nossos resultados ao longo do ano de 2021.

Barueri, 24 de março de 2022

A Administração

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Caixa e equivalentes de caixa	5	331.737	696.052	6.122.616	7.258.794	Passivos com instituições financeiras	16	-	-	324.093	165.114
Instrumentos financeiros	6	-	-	764.537	142.171	Fornecedores	17	1.507	808	164.474	45.723
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.988.884</b>	<b>1.503.413</b>	Contas a pagar operacionais	18	-	-	4.737.006	3.730.828
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	2.240.311	1.763.158	Obrigações com portadores	19	-	-	2.276.175	2.225.870
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(251.427)	(259.745)	Programa de incentivos às vendas	20	19.562	20.693	198.962	165.740
<b>Contas a receber</b>	<b>8</b>	<b>137.703</b>	<b>11.213</b>	<b>3.881.152</b>	<b>3.185.965</b>	Salários e encargos	21	7.533	1.628	117.208	244.706
Contas a receber	-	138.992	11.240	3.912.470	3.219.684	Impostos e contribuições a recolher	22	1.781	683	21.918	14.694
Provisão para perdas esperadas	-	(1.289)	(27)	(31.318)	(33.719)	Passivos contingentes	22.b	213.551	216.098	223.500	232.485
Impostos a recuperar	9	32.170	24.007	287.311	164.718	Arrendamento mercantil a pagar	24	428	13	10.693	20.865
Dividendos a receber	22.a	172.749	133.002	-	-	Outras contas a pagar	23	34.023	17.849	3.845.182	3.697.640
Despesas antecipadas	10	1.633	1.745	173.422	147.379	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>278.385</b>	<b>257.772</b>	<b>11.940.089</b>	<b>10.578.186</b>	
Depósitos judiciais	12	-	-	1.681	-	Passivos contingentes	28	90.506	118.565	177.269	194.510
<b>Outros créditos</b>	<b>11</b>	<b>16.655</b>	<b>18.230</b>	<b>278.171</b>	<b>127.022</b>	Salários e encargos	20	18.769	21.209	53.844	43.266
Outros créditos	-	16.655	18.230	285.481	128.835	Passivo fiscal diferido	27.b	94.104	2.343	131.749	42.323
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(7.310)	(1.813)	Outras contas a pagar	23	-	-	99	36
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>692.647</b>	<b>884.249</b>	<b>13.497.774</b>	<b>12.529.462</b>	<b>13.497.774</b>	Arrendamento mercantil a pagar	24	7.773	9.513	34.638	32.587
Instrumentos financeiros	6	-	-	130.905	230.571	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>211.152</b>	<b>151.630</b>	<b>397.599</b>	<b>312.722</b>	
Contas a receber	8	137.077	-	-	-	<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>					
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>52.350</b>	<b>189.273</b>	Capital social	29.a	1.052.000	1.052.000	1.052.000	1.052.000
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	57.620	202.636	Ajustes de avaliação patrimonial		(626)	(1.700)	(626)	(1.700)
Provisão para perdas esperadas	-	-	-	(5.270)	(13.363)	Reserva legal	29.b	85.480	85.480	85.480	85.480
Despesas antecipadas	10	135	134	130.672	107.340	Reserva estatutária para expansão	29.c	1.803.203	2.046.452	1.803.203	2.046.452
Depósitos judiciais	12	57.245	59.920	136.295	136.686	<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>2.940.057</b>	<b>3.182.232</b>	<b>2.940.057</b>	<b>3.182.232</b>	
Ativo fiscal diferido	27.b	54.852	62.010	670.787	714.897	Participação de acionistas não controladores		-	-	315.499	579.700
Outros créditos	11	-	-	7.321	5.551	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.940.057</b>	<b>3.182.232</b>	<b>3.255.556</b>	<b>3.761.932</b>	
Investimento	13	2.382.917	2.479.251	-	-						
Ágio sobre investimento	13	89.637	89.637	278.366	278.366						
Imobilizado	14	14.029	15.899	78.019	99.912						
Intangível	15	1.055	534	610.755	360.782						
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.736.947</b>	<b>2.707.385</b>	<b>2.095.470</b>	<b>2.123.378</b>	<b>2.123.378</b>						
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.429.594</b>	<b>3.591.634</b>	<b>15.593.244</b>	<b>14.652.840</b>	<b>14.652.840</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>3.429.594</b>	<b>3.591.634</b>	<b>15.593.244</b>	<b>14.652.840</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios  
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Receita bruta</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.404.456</b>	<b>7.024.483</b>
Impostos sobre serviços	30	-	-	(847.784)	(712.477)
<b>Receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.556.672</b>	<b>6.312.006</b>
Custo dos serviços prestados	31	-	-	(3.136.612)	(2.163.004)
<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.420.060</b>	<b>4.149.002</b>
<b>Receitas/(despesas), líquidas</b>					
Pessoal	31	(12.163)	(13.258)	(730.671)	(574.175)
Gerais e administrativas	31	(4.016)	(36.998)	(1.728.030)	(1.411.157)
Resultado com equivalência patrimonial	13	836.253	899.803	-	-
Outras receitas/(despesas)	31	136.513	(3.187)	(51.888)	(165.040)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>956.587</b>	<b>846.360</b>	<b>1.909.471</b>	<b>1.998.630</b>	
Receitas financeiras	32	40.210	22.337	397.778	233.163
Despesas financeiras	32	(4.238)	(4.113)	(586.521)	(391.759)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>992.559</b>	<b>864.584</b>	<b>1.720.728</b>	<b>1.840.034</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	27.a	(39.435)	(4.728)	(531.916)	(637.202)
Diferidos	27.a	(98.919)	4.535	(116.597)	22.288
<b>Lucro líquido</b>	<b>854.205</b>	<b>864.391</b>	<b>1.072.215</b>	<b>1.225.120</b>	
Atribuível a:					
Acionistas controladores		854.205	864.391	854.205	864.391
Acionistas não controladores		-	-	218.010	360.729
Lucro por lote de mil quotas em R\$		0,8120	0,8217	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes  
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Resultado dos exercícios</b>	<b>854.205</b>	<b>864.391</b>	<b>1.072.215</b>	<b>1.225.120</b>	
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		1.166	(1.131)	1.166	(1.131)
Efeito fiscal		(92)	(591)	(92)	(591)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>855.279</b>	<b>862.669</b>	<b>1.073.289</b>	<b>1.223.398</b>	
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		855.279	862.669	855.279	862.669
Acionistas não controladores		-	-	218.010	360.729
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>855.279</b>	<b>862.669</b>	<b>1.073.289</b>	<b>1.223.398</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros				Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido (acionistas controladores)	Participação acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Outras reservas de lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.052.000</b>	<b>22</b>	<b>85.480</b>	<b>1.854.317</b>	-	<b>2.991.819</b>	<b>254.632</b>	<b>3.246.451</b>	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(1.722)	-	-	(1.722)	-	(1.722)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	864.391	864.391	360.729	1.225.120	
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	22.b	-	-	-	(456.158)	(216.098)	(35.661)	(707.917)	
Reserva para expansão		-	-	-	648.293	(648.293)	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.052.000</b>	<b>(1.700)</b>	<b>85.480</b>	<b>2.046.452</b>	<b>-</b>	<b>3.182.232</b>	<b>579.700</b>	<b>3.761.932</b>	
Ajuste de avaliação patrimonial		-	1.074	-	-	1.074	-	1.074	
Dividendos adicionais	29.d	-	-	-	(883.902)	(883.902)	-	(883.902)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	854.205	854.205	218.010	1.072.215	
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	22.b	-	-	-	(213.552)	(213.552)	(300.551)	(514.103)	
Reserva para expansão		-	-	-	640.653	(640.653)	(181.660)	(181.660)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.052.000</b>	<b>(626)</b>	<b>85.480</b>	<b>1.803.203</b>	<b>-</b>	<b>2.940.057</b>	<b>315.499</b>	<b>3.255.556</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Elo Participações Ltda. ("Empresa" ou "EloPar") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade empresária limitada, domiciliada no Brasil que tem como acionistas controladores diretos Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A. O endereço registrado do escritório da Empresa é Alameda Xingu, 512, 2º e 8º andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Empresa tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas, direta ou indiretamente pela Empresa, bem como a realização de todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas, que não sejam privativas de sociedade de prestação de serviços profissionais regulamentadas e que não dependam de autorização governamental específica; a prestação de quaisquer serviços administrativos às empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa. O licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Empresa.

Mesmo mediante a todo contexto de continuidade da pandemia (COVID-19) e de saúde que ocorreram durante o ano de 2021, a EloPar e suas controladas obtiveram crescimento com a expansão de seus negócios, mantendo assim o resultado esperado.

## Controladas diretas

Empresas	Setor	Controladas	Participação no	
			capital social	capital social
Alelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Elo Serviços S.A.	Serviços	Direta	57,07%	56,97%
Elo Holding Financeira S.A.	Holding	Direta	100,00%	100,00%
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Nível S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	Serviços	Direta	-	99,99%
Kartra Participações Ltda.	Holding	Direta	99,99%	99,99%

O contexto operacional das controladas estão demonstradas abaixo:

**Alelo S.A.** - foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira. ->

—☆ continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Participações Ltda. (Em milhares de reais)**

ra incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via "tag" e plataforma de pedidos.

**Elo Serviços S.A.** - é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 e tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: Consumidores, Estabelecimentos, Bancos Emissores, Credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema. Tendo seus controladores como principais emissores de débito e crédito com a bandeira Elo.

**Elo Holding Financeira S.A.** - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições.

**Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.** - tem como objetivo atuação direta ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participações de capital em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade, etc. **Nível S.A.** - tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Empresa e/ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

**Kartra Participações Ltda.** - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições. Possui o controle direto do Banco Digo S.A.

**Controladas indiretas**

**Banco Digo S.A.** - tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento, crédito e financiamento, o qual está autorizado a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a participação da Kartra Participações Ltda., no capital social do Banco Digo S.A. era de 100%.

**2. Incorporação de controlada**

Em 29 de outubro 2021, a controlada Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda., prestadora de serviços relacionados ao segmento de micro finanças, e também atuava na promoção e distribuição de produtos financeiros de empresas parceiras, destinada ao segmento atendido pela Empresa foi incorporada na controladora Elo Participações Ltda.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da incorporação.

Caixa e equivalente de caixa	204
Contas a receber de clientes	2
Impostos a recuperar	4.470
Outros créditos	169
Depósitos judiciais	546
Imobilizado	118
Imposto de renda e contribuição a recolher	(14)
Outras contas a pagar	(1.566)
Passivos contingentes	(112)
<b>Total dos ativos e passivos identificáveis, líquido</b>	<b>3.817</b>

**3. Base de preparação****a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 24 de março de 2022.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

**4. Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo.

**b. Instrumentos financeiros****b.1 Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**b.2 Classificação e mensuração subsequente****Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e  
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI"): uma das condições para se classificar um instrumento Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outa forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;

- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivo financeiro mensurado ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**b.3 Desreconhecimento****Ativos financeiros**

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou;

- a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**Passivos financeiros**

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**Reforma da taxa de juros**

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa atualiza a taxa de

juros efetiva do

ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para terminar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e

- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças forem feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Empresa atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Empresa aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

**b.4 Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**c. Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Software e aplicativos	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**d. Despesas antecipadas**

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

As despesas pagas antecipadamente ou despesas antecipadas devem ser rateadas mensalmente com base no princípio da competência, principalmente quando o rateio deve acontecer em mais de um exercício fiscal.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

**e. Combinação de negócios**

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Empresa utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Empresa de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Empresa leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

A Empresa mensura o ágio na data de aquisição como:

• O valor da contraprestação transferida;

• O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida;

• Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição;

• O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;

• Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Empresa incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

**f. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Empresa possui controle compartilhado, onde a Empresa tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

**g. Intangível**

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

**h. Ágio (goodwill)**

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual ou quando houver indício de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

**i. Redução ao valor recuperável (impairment)****i1. Ativos financeiros****Instrumentos financeiros e contas a receber**

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

continua —☆

→☆ continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Participações Ltda. (Em milhares de reais)**

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

**Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

**Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;  
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

**Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

**12. Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**j. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25:

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

**Passivos contingentes** - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

**Obrigações legais** - as obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

**k. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa.

A Empresa reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Sendo todos os itens acima avaliados e submetidos as mudanças decorrentes da adoção do CPC 47 que estabeleceu novo procedimento de reconhecimento de receitas de contratos com clientes, vigente a partir do exercício de 2018.

**l. Outras receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; e (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**m. Receitas/(despesas), líquidas**

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para a instituição financeira é aplicada a alíquota de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social.

**(i) Impostos correntes**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

**(ii) Impostos diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

• Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

• Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

• Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

**o. Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

**p. Arrendamento Mercantil**

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Empresa não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática. Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

• pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;

• valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;

• pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

• o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;

• quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;

• quaisquer custos diretos iniciais; e

• custos de restauração

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Empresa estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	29	109	45.355	83.810
Moeda estrangeira (a)	-	-	69.194	109.466
Fundos de investimentos (b)	317.606	524.500	5.319.514	6.727.990
Certificado de depósito bancário (c)	14.102	171.443	686.736	335.360
Aplicações financeiras	-	-	1.817	2.160
Certificado de depósito no exterior (a)	-	-	-	8
	<b>331.737</b>	<b>696.052</b>	<b>6.122.616</b>	<b>7.258.794</b>

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício.

**Categoria de instrumentos financeiros**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e Bancos	29	109	45.355	83.810
<b>Títulos públicos</b>				
Letras financeiras do tesouro				
<b>Títulos privados</b>				
Letras financeiras				
Certificado de depósito bancário - CDB's				
Certificado de depósito bancário - CDB's				
Fundos de investimentos				
Contas a receber				

**Estimativa de valor justo**

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação

Categoria de instrumentos financeiros	Controladora			
	Classificação	2021	2020	Nível
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	14.102	171.442	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	317.606	524.500	Nível 2
		<b>331.708</b>	<b>695.942</b>	

Categoria de instrumentos financeiros	Consolidado			
	Classificação	2021	2020	Nível
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	608.545	335.368	Nível 2
Letras financeiras do tesouro	VJORA	765.668	319.716	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	5.319.514	6.727.990	Nível 2
		<b>6.693.727</b>	<b>7.383.074</b>	

(a) **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

**Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2**  
As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

• o uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.

• para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

**7. Empréstimos e Recebíveis**

	Consolidado	
	2021	2020
Operações de crédito	2.323.533	1.950.767
Perdas esperadas	(282.299)	(258.081)
	<b>2.041.234</b>	<b>1.692.686</b>

Circulante	1.988.884	1.503.413
Não circulante	52.350	189.273

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada aplicados seguem os conceitos e diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, de modo a fornecer suas próprias medidas de probabilidade de inadimplência (PD), perda dada inadimplência (LGD) e a exposição total da carteira em inadimplência (EAD), contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos. O modelo prevê agravamento das variáveis PD e LGD em linha com o cenário econômico apurado no momento da mensuração do respectivo modelo. Adicionalmente no cálculo consideramos o crédito tributário sobre a perda esperada.

**8. Contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	-	-	3.307.631	2.703.784
Contas a receber partes relacionadas (a)	276.069	11.240	604.839	515.900
(-) Perda esperada (b)	(1.289)	(27)	(31.318)	(33.719)
	<b>274.780</b>	<b>11.213</b>	<b>3.881.152</b>	<b>3.185.965</b>

Circulante	137.703	11.213	3.881.152	3.185.965
Não circulante	137.077	-	-	-

(a) Em 27 de julho de 2021, a Empresa vendeu para sua controlada Elo Serviços S.A., a marca "ELO" em contrato de cessão e transferência de marca e nome de domínio. O valor total da transação foi de R\$ 400.000 milhões em três parcelas de R\$ 133.333 milhões, sendo a primeira foi paga em 30 de julho de 2021. A segunda e a terceira parcelas vencem em 30 de julho de 2022 e 2023, respectivamente e estão sujeitos à atualização monetária com base na taxa de juros SELIC. Esta transação gerou um ganho de capital no montante de R\$ 227.876.

(b) A provisão de perda esperada de clientes da Empresa, são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Empresa e suas controladas dispõem de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "default".

A movimentação da perda esperada é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(27)	(38)	(33.719)	(36.799)
Acréscimos	(1.300)	(14)	(9.465)	(16.876)
Baixas	38	25	11.866	19.956
Saldo final	<b>(1.289)</b>	<b>(27)</b>	<b>(31.318)</b>	<b>(33.719)</b>

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados a Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Títulos e Valores Mobiliários.

**Risco de crédito**

O Risco de crédito é o risco de a controladora incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte falhe no cumprimento de suas obrigações de

(b) As aplicações com fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal que possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

(c) As aplicações em certificados de depósito bancário estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentavam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao CDI.

**6. Instrumentos financeiros****a) Instrumentos financeiros**

Títulos públicos	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Letras financeiras do tesouro	VJORA	-	-	765.668	319.716
Ajuste a valor de mercado		-	-	(1.131)	(1.131)
<b>Títulos privados</b>		-	-	<b>130.905</b>	<b>54.157</b>
				Custo	
Letras financeiras	Amortizado	-	-	130.905	54.157

<b>Total instrumentos financeiros</b>		-	-	<b>895.442</b>	<b>372.742</b>
Circulante		-	-	764.537	142.171
Não circulante		-	-	130.905	230.571

**b) Classificação dos instrumentos financeiros**

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora			
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e Bancos	amortizado	29	-	109	-
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	14.102	14.102	171.442	171.442
Fundos de investimentos	VJR	317.606	317.606	524.500	524.500
				Custo	
Contas a receber	amortizado	274.780	-	11.213	-
		<b>606.517</b>	<b>331.708</b>	<b>707.264</b>	<b>695.942</b>

Classificação	Consolidado			
	2021	2020	Contábil	Valor justo
Custo amortizado	116.366	-	195.436	-
VJORA	765.668	765.668	319.716	319.716
Custo amortizado	130.905	-	54.157	-
Custo amortizado	78.191	-	-	-
VJR	608.545	608.545	335.368	335.368
VJR	5.319.514	5.319.514	6.727.990	6.727.990
Custo amortizado	3.881.152	-	3.185.965	-
	<b>10.900.341</b>	<b>6.693.727</b>	<b>10.818.632</b>	<b>7.383.074</b>

pagamento frente aos acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 35.

**Contas a receber e ativos de contrato**

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de contrapartes, incluindo o risco de não pagamento apurado por modelos internos.

A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

**Modelos de apuração de perdas esperadas**

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada das contrapartes existentes da Controladora foram construídos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48 (IFRS9), contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos.

A carteira a receber da Controladora observa baixos índices históricos de inadimplência e/ou atraso, dado que suas operações estão destinadas as suas controladas, desta maneira classificada como *Low Default Portfolio (LDP)*. Estas classes de carteiras, devido a boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

Desta maneira, o modelo mensuração de provisão para perdas esperadas considera na sua apuração as variáveis de PD (Probability of Default) com base em modelagem interna que combina consultas a informações de Bureau externos, e EAD (Exposure at Default) a qual representa o valor de exposição ao risco de crédito apurado na data de sua mensuração.

Dadas as características do modelo de negócio da instituição, a modelagem para mensuração da provisão para perdas esperadas utiliza método adaptado considerando as variáveis de EAD e PD apuradas no momento do cálculo. As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na Controladora, e suas respectivas provisões calculadas:

	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
<b>31 de dezembro de 2021</b>			
Contas a receber	280.113	0,46%	(1.289)
Instrumentos financeiros (c)	-	0,0%	-
<b>Total</b>	<b>280.113</b>		<b>(1.289)</b>

	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
<b>31 de dezembro de 202</b>			

☆ continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Participações Ltda. (Em milhares de reais)

31 de dezembro de 2020	Saldo de exposição ao risco de crédito		Taxa média ponderada de perda esperada		Provisão para perda esperada	
A Vencer até 3 dias	2.253.942		0,1%		1.349	
Vencido 4-30 dias	29.305		5,8%		1.688	
Vencido 31-60 dias	1.495		9,0%		135	
Vencido 61-90 dias	712		60,1%		428	
Vencido 91-360 dias	9.096		44,5%		4.052	
Vencido há mais de 360 dias	23.680		100,0%		23.680	
	<b>2.318.230</b>				<b>31.332</b>	

(e) As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na controladora Lívolo S.A., e suas respectivas provisões calculadas:

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito		Taxa média ponderada de perda esperada		Provisão para perda esperada	
Contas a receber	431.472		0,8%		3.488	
Estoque de pontos antecipados	124.582		5,9%		7.310	
Instrumentos financeiros	–		0,0%		–	
	<b>556.054</b>				<b>10.798</b>	

31 de dezembro de 2020	Saldo de exposição ao risco de crédito		Taxa média ponderada de perda esperada		Provisão para perda esperada	
Contas a receber	321.962		0,7%		2.357	
Estoque de pontos antecipados	15.797		11,5%		1.813	
Instrumentos financeiros	–		0,0%		–	
	<b>337.759</b>				<b>4.170</b>	

## 9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRRF	30.807	22.500	88.507	45.273
Imposto de renda e contribuição social	204	349	110.873	53.809
PIS e COFINS	1.100	1.097	86.231	61.851
Outros	59	61	1.700	3.785
	<b>32.170</b>	<b>24.007</b>	<b>287.311</b>	<b>164.718</b>

## 10. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Incentivos de vendas	–	–	154.047	122.841
Contratos, assinaturas e licenças	1.768	1.879	110.665	84.354
Descontos comerciais	–	–	30.475	38.560

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outros	–	–	8.907	8.964
	<b>1.768</b>	<b>1.879</b>	<b>304.094</b>	<b>254.719</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante	1.633	1.745	173.422	147.379
Não circulante	135	134	130.672	107.340

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (a)	12.606	12.905	228.303	98.826
Adiantamento a funcionários	3.119	2.352	42.688	23.814
Depósitos garantias (b)	–	–	3.513	3.272
Perdas esperadas	–	–	(7.310)	(1.813)
Contratos com partes relacionadas (Nota 25)	32	2.074	–	–
Outros	898	899	18.298	8.474
	<b>16.655</b>	<b>18.230</b>	<b>285.492</b>	<b>132.573</b>

Circulante  
Não circulante

a) Substancialmente na controladora, refere-se a valores a serem recebidos pelo compartilhamento de estrutura, e no consolidado, trata-se de compra de pontos antecipadas da controlada Lívolo S.A.

b) Garantia contratual em dólar firmada junto à Discover como garantia de liquidação para as transações internacionais, realizadas com o cartão Elo. Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício. Esses valores referem-se a saldos da controlada Elo Serviços S.A.

## 12. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos fiscais	6.863	6.498	84.959	80.880
Depósitos trabalhistas	56.109	59.944	58.022	61.917
Depósitos cíveis	2	–	2	21
Bloqueio judicial	2.873	2.929	3.595	3.319
(–) Ressarcimento de depósitos	(8.602)	(9.451)	(8.602)	(9.451)
	<b>57.245</b>	<b>59.920</b>	<b>137.976</b>	<b>136.686</b>

Circulante  
Não circulante

13. Investimentos  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis das controladas diretas apresentavam os seguintes valores:

	2021						2020					
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Quantidade de ações/quotas	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	201	49	(20)	201	100%	49	(20)	69	(19)			
Elo Holding Financeira S.A.	201	81	(16)	201	100%	81	(16)	97	(20)			
Alelo S.A.	472.414	796.237	182.186	2.000	100%	796.237	182.186	729.520	186.351			
Elo Serviços S.A.	342.627	734.909	506.955	1.433.107	57,07%	419.409	288.945	767.470	477.570			
Lívolo S.A.	139.100	508.853	458.710	139.100	100%	508.853	458.710	394.896	273.495			
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. (a)	–	–	(24.547)	–	99,99%	–	(24.547)	10.980	(10.265)			
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	–	–	–	–	99,99%	–	–	–	(20.606)			
Kartra Participações Ltda. (b)	868.110	658.288	(69.005)	868.110	99,99%	658.288	(69.005)	576.219	(6.703)			
	<b>2.382.917</b>	<b>836.253</b>	<b>2.479.251</b>	<b>899.803</b>								

(a) Resultado até outubro de 2021.

(b) Controladora do Banco Dígito S.A.

Composição de ágios sobre investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Alelo S.A. (a)	89.637	89.637	89.637	89.637
Banco Dígito S.A. (b)	–	–	188.729	188.729
	<b>89.637</b>	<b>89.637</b>	<b>278.366</b>	<b>278.366</b>

(a) Ágio registrada em 31 de agosto de 2013, resultante da incorporação da Lyra Holding S.A. na Alelo S.A.

(b) Em 31 de dezembro de 2016 houve a incorporação da Farly que possuía um ágio de R\$ 325.394 sendo que R\$ 136.665 se tornou um benefício fiscal no Banco Dígito S.A. que foi amortizado no período de 5 anos, finalizando em 31 de dezembro de 2021.

## 14. Imobilizado

	Controladora						
	Taxa anual de depreciação %	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10	7.220	(4.333)	2.887	6.697	(3.653)	3.044
Móveis e utensílios	10	4.198	(2.414)	1.784	3.958	(2.050)	1.908
Software e aplicativos	20	1.652	(1.235)	417	1.652	(1.009)	643
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	1.211	(972)	239	1.157	(884)	273
Benefetorias em imóveis de terceiros	20	2.856	(2.225)	631	14.940	(5.089)	9.851
Direito de uso sobre bens	16,67	16.019	(7.948)	8.071	2.358	(2.178)	180
		<b>33.156</b>	<b>(19.127)</b>	<b>14.029</b>	<b>30.762</b>	<b>(14.863)</b>	<b>15.899</b>

(a) Ágio registrada em 31 de agosto de 2013, resultante da incorporação da Lyra Holding S.A. na Alelo S.A.

(b) Em 31 de dezembro de 2016 houve a incorporação da Farly que possuía um ágio de R\$ 325.394 sendo que R\$ 136.665 se tornou um benefício fiscal no Banco Dígito S.A. que foi amortizado no período de 5 anos, finalizando em 31 de dezembro de 2021.

## 14. Imobilizado

	Consolidado						
	Taxa anual de depreciação %	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10	16.679	(9.640)	7.039	17.543	(8.548)	8.995
Móveis e utensílios	10	12.462	(6.444)	6.018	15.152	(6.369)	8.783
Software e aplicativos	20	42.642	(27.432)	15.210	38.692	(20.650)	18.042
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	11.850	(6.923)	4.927	11.244	(5.556)	5.688
Benefetorias em imóveis de terceiros	20	10.402	(7.711)	2.691	13.407	(8.001)	5.406
Direito de uso sobre bens	16,67	79.779	(37.645)	42.134	79.681	(26.683)	52.998
		<b>173.814</b>	<b>(95.795)</b>	<b>78.019</b>	<b>175.719</b>	<b>(75.807)</b>	<b>99.912</b>

A movimentação do imobilizado da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Controladora				Saldo final em 31.12.2021
	Saldo inicial em 31.12.2020	Entradas	Baixas	Depreciação	
<b>Imobilizado de Uso</b>					
Instalações	3.044	523	–	(680)	2.887
Móveis e utensílios	1.908	239	–	(363)	1.784
Software e aplicativos	643	–	–	(226)	417
Equipamentos de informática e telecomunicações	273	54	–	(88)	239
Benefetorias em imóveis de terceiros	180	499	–	(48)	631
Direito de uso sobre bens	9.851	1.079	–	(2.859)	8.071
	<b>15.899</b>	<b>2.394</b>	<b>–</b>	<b>(4.264)</b>	<b>14.029</b>

	Consolidado				Saldo final em 31.12.2021
	Saldo inicial em 31.12.2020	Entradas	Baixas	Depreciação	
<b>Imobilizado de Uso</b>					
Instalações	8.995	523	(1.382)	(1.097)	7.039
Móveis e utensílios	8.783	243	(2.821)	(187)	6.018
Software e aplicativos	18.042	3.964	(5)	(6.791)	15.210
Equipamentos de informática e telecomunicações	5.688	615	(3)	(1.373)	4.927
Benefetorias em imóveis de terceiros	5.406	497	(3.074)	(138)	2.691
Direito de uso sobre bens	52.998	14.411	(14.184)	(11.091)	42.134
<b>Total</b>	<b>99.912</b>	<b>20.253</b>	<b>(21.469)</b>	<b>(20.677)</b>	<b>78.019</b>

No exercício de 2021 na Controladora não foram realizadas baixas no ativo imobilizado (R\$ 7.960 em 31 de dezembro de 2020). No Consolidado as baixas realizadas totalizaram R\$ 21.469 em 2021 (R\$ 18.108 em 31 de dezembro de 2020).

## 15. Intangível

	Controladora						
	Taxa anual de amortização %	2021			2020		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software e licenças	20	1.678	(1.194)	484	1.406	(872)	534
Projetos corporativos	20	581	(10)	571	–	–	–
		<b>2.259</b>	<b>(1.204)</b>	<b>1.055</b>	<b>1.406</b>	<b>(872)</b>	<b>534</b>

A movimentação do intangível da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Controladora				Saldo final em 31.12.2021
	Saldo inicial em 31.12.2020	Aquisições	Amortização	Saldo final em 31.12.2021	
Software e licenças	534	272	(322)	484	
Projetos corporativos	–	581	(10)	571	
	<b>534</b>	<b>853</b>	<b>(332)</b>	<b>1.055</b>	

	Consolidado				
	Saldo inicial em 31.12.2020	Aquisições	Transferência	Amortização	Saldo final em 31.12.2021
Software e licenças	77.374	190.804	(9.641)	(44.007)	214.530
Projetos corporativos (a)	236.011	180.358	–	(57.994)	358.375
Ágio - rentabilidade futura	26.883	–	8.380	–	35.263
Outros intangíveis	20.514	–	1.261	(19.188)	2.587
	<b>360.782</b>	<b>371.162</b>	<b>–</b>	<b>(121.189)</b>	<b>610.755</b>

(a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor. Substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente, principalmente na controlada Alelo S.A. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram realizados testes de impairment e não houve perda no valor recuperável do intangível.

Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

16. Passivos com instituições financeiras  
Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no consolidado é de R\$ 324.093 (R\$ 165.114 em 31 de dezembro de 2020) e corresponde a depósitos interfinanceiros, da controlada indireta, Banco Dígito S.A.

17. Contas a pagar operacionais  
As obrigações com estabelecimentos comerciais (Alelo S.A.), com parceiros (Lívolo S.A.) e com as bandeiras (Banco Dígito), estão registradas em contas de passivo. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos consolidados correspondem a R\$ 4.737.006 (R\$ 3.730.828 em 31 de dezembro de 2020).

18. Obrigações com portadores  
Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no consolidado é de R\$ 2.276.175 (R\$ 2.225.870 em 31 de dezembro de 2020) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões Alelo e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

19. Programa de incentivos às vendas  
Refere-se ao comissionamento pago aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Alelo. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total faturado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas

→☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Participações Ltda. (Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado				
	Saldo inicial em 31.12.2020	Aluguéis pagos	Juros	Acréscimo	Saldo final em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2021
Arrendamento mercantil	9.526	(2.992)	588	1.079	8.201	29.371	3.848	–	33.219
Circulante	13	–	–	–	13	970	34	–	1.004
Não circulante	9.513	(2.992)	588	1.079	8.201	3.516	1.662	–	5.178
						608	166	–	774
						34.143	8.319	–	42.462
						199.686	–	(42.473)	157.213
						235.242	–	(2.661)	232.581
						29.285	–	(29.285)	–
						79.721	–	(11.668)	68.053
						25.073	19.020	–	44.093
						<b>637.615</b>	<b>33.049</b>	<b>(86.087)</b>	<b>584.577</b>
						77.282	8.928	–	86.210
						(2.687)	(12.418)	–	(15.105)
						(1.107)	–	209	(898)
						(25.263)	(82.697)	–	(107.960)
						(11.418)	–	7.735	(3.683)
						(1.848)	(2.255)	–	(4.103)
						<b>(42.323)</b>	<b>(97.370)</b>	<b>7.944</b>	<b>(131.749)</b>
						<b>672.574</b>	<b>(55.393)</b>	<b>(78.143)</b>	<b>539.038</b>

## 25. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Empresa operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores diretos da Elo Participações Ltda. (Bradesco Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.) e controladores indiretos (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) bem como as controladas Lívolo S.A., Elo Serviços S.A., Alelo S.A., Kartra Participações Ltda., e Movera Serviços e Promoção do Empreendimento Ltda., Banco Digio S.A. (controle indireto) e a empresa coligada Cielo S.A..

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>	<b>Recultas (Pas-sivo)</b>	<b>Recultas (Des-pesas)</b>	<b>Ativo (Pas-sivo)</b>	<b>Recultas (Des-pesas)</b>
Banco Bradesco S.A.	11	–	99	–
Banco do Brasil S.A.	4	–	4	–
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–
Banco Digio S.A.	–	–	–	602

## Caixa e bancos

Banco Bradesco S.A.	11	–	99	–	84.473	–	66.090	–
Banco do Brasil S.A.	4	–	4	–	7.528	–	2.708	–
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	65	–	97.085	–
Banco Digio S.A.	–	–	–	–	602	–	–	–

## Aplicações financeiras

Banco Bradesco S.A.	229.822	15.961	270.895	11.456	4.004.506	201.231	3.827.354	142.300
Banco do Brasil S.A.	90.439	13.343	263.945	5.975	1.864.763	93.672	3.129.508	25.167
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	63.067	–	50.238	–
Banco Digio S.A.	11.448	1.035	161.102	3.876	–	–	–	–

## Contas a receber

Banco Bradesco S.A.	–	–	322	–	284.689	353.894	231.805	2.035
Banco do Brasil S.A.	–	–	60	–	149.312	244.377	139.452	1.021.229
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	–	392.200	–	721
Cielo S.A.	–	–	–	–	170.838	358.028	144.643	372.572
Elo Serviços S.A.	274.152	7.486	10	–	–	–	–	–
Banco Digio S.A.	1.742	–	1	–	–	–	–	–
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	–	–	10.837	–	–	–	–	–
Lívolo S.A.	–	–	2	–	–	–	–	–
Alelo S.A.	174	–	8	–	–	–	–	–

## Outros créditos

Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	–	–	2.074	444	–	–	–	–
Kartra Participações Ltda.	32	1	–	–	–	–	–	–
Banco do Brasil S.A.	–	–	–	–	–	–	80	–

## Programa de incentivos às vendas

Banco Bradesco S.A.	–	–	–	–	(8.862)	(96.840)	(14.993)	(93.657)
Banco do Brasil S.A.	–	–	–	–	(1.663)	(89.393)	(22.586)	(50.942)

## Dividendos a receber

Alelo S.A.	45.546	–	46.351	–	–	–	–	–
Elo Serviços S.A.	13.225	–	21.695	–	–	–	–	–
Lívolo S.A.	113.978	–	64.956	–	–	–	–	–

## Dividendos a pagar

Banco Bradesco S.A.	(106.797)	–	(108.070)	–	(107.148)	–	(110.410)	–
Banco do Brasil S.A.	(106.754)	–	(108.027)	–	(106.754)	–	(108.027)	–
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	(9.598)	–	(14.048)	–

## Contas a pagar

Banco Bradesco S.A.	–	(191)	–	(181)	(325.564)	(181.536)	(3.803)	68.884
Banco do Brasil S.A.	–	(168)	–	(7)	(244)	(104.344)	(25)	61.114
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	–	(191.141)	–	29
Cielo S.A.	–	–	–	–	(320.226)	(153.493)	(88.856)	(142.175)
Alelo S.A.	–	–	(694)	–	–	–	–	–
Banco Digio S.A.	(94)	–	–	–	–	–	–	–
Lívolo S.A.	(9)	–	–	–	–	–	–	–

A Empresa destaca que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

## 26. Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos administradores totalizaram na controladora e no consolidado R\$ 4.024 e R\$ 21.799 respectivamente (R\$ 3.089 e R\$ 17.852 em 31 de dezembro de 2020) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Empresa definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Empresa.

A Empresa e suas controladas dispõem de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 958 (R\$ 1.103 em 31 de dezembro de 2020) na qual foram contabilizadas na rubrica "Despesa com pessoal".

## 27. Imposto de renda e contribuição social diferidos

### a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado</b>	<b>992.559</b>	<b>864.584</b>	<b>2.553.167</b>	<b>2.737.616</b>
<b>Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente</b>	<b>337.470</b>	<b>293.959</b>	<b>868.077</b>	<b>930.789</b>

### Efeito no cálculo dos tributos:

Contingências tributárias, trabalhistas, cíveis	(9.166)	3.286	(4.773)	7.658
Provisão para perdas do valor recuperável	–	4	18.240	22.736
Equivalência patrimonial	(284.326)	(305.934)	(215.336)	(303.659)
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	–	–	28.843	(3.689)
Obrigações fiscais diferidas	–	–	(366)	(4)
Ativo fiscal diferido	98.919	(4.534)	116.598	(22.288)
Participação nos lucros - funcionários	361	487	6.882	5.047
Provisão para despesas administrativas	6.098	12.954	(101.610)	(40.700)
Incentivos fiscais	7	(5)	(21.401)	(19.588)
Outros valores	(11.009)	(24)	(46.641)	38.612
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>138.354</b>	<b>193</b>	<b>648.513</b>	<b>614.914</b>

Sendo:

Impostos correntes	39.435	4.728	531.916	637.202
Impostos diferidos	98.919	(4.535)	116.597	(22.288)
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>138.354</b>	<b>193</b>	<b>648.513</b>	<b>614.914</b>

### b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2021
Provisão para contingências tributárias	4.644	–	(1.511)	3.133
Provisão PLR	6.280	–	(248)	6.032
Provisão administrativa	42.834	–	(5.291)	37.543
Outros valores	8.252	–	(108)	8.144
	<b>62.010</b>	–	<b>(7.158)</b>	<b>54.852</b>
Prejuízo fiscal/base negativa	–	–	–	–
<b>Total dos créditos diferidos</b>	<b>62.010</b>	–	<b>(7.159)</b>	<b>54.852</b>
IFRS16	(2.184)	(1.016)	–	(3.200)
Atualização de depósitos judiciais	(159)	(78)	–	(237)
Outros valores	–	(90.667)	–	(90.667)
<b>Total dos passivos fiscais diferidos</b>	<b>(2.343)</b>	<b>(91.761)</b>	–	<b>(94.104)</b>
<b>Total líquido dos impostos diferidos</b>	<b>59.667</b>	<b>(91.761)</b>	<b>(7.159)</b>	<b>(39.252)</b>

Provisão para contingências tributárias  
Provisão para contingências trabalhistas  
Provisão para contingências cíveis  
Provisão fee - Visa Elo  
Provisão PLR  
Provisão administrativa  
Provisão para perdas esperadas  
Ágio amortização adquirido/cedido por incorporação  
Provisão de receitas  
Outros valores  
**Total dos passivos fiscais diferidos**  
Prejuízo fiscal/base negativa  
IFRS16  
Obrigações fiscais diferidas  
Outros valores  
Provisão de receitas  
Atualização de depósitos judiciais  
**Total dos passivos fiscais diferidos**  
**Total líquido dos impostos diferidos**

### c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Controladora			Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Até 1 ano	(15.021)	–	(15.021)	(15.021)	–	(15.021)
Até 2 anos	(28.570)	–	(28.570)	(28.570)	–	(28.570)
Até 3 anos	8.178	–	8.178	8.178	–	8.178
Até 4 anos	4.165	–	4.165	4.165	–	4.165
Até 5 anos	1.024	–	1.024	1.024	–	1.024
<b>Total</b>	<b>(30.224)</b>	–	<b>(30.224)</b>	<b>(30.224)</b>	–	<b>(30.224)</b>

	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Até 1 ano	203.437	104.272	–	–
Até 2 anos	53.237	54.941	–	–
Até 3 anos	28.939	10.616	–	–
Até 4 anos	4.684	1.833	–	–
Até 5 anos	2.171	889	–	–
Acima de 5 anos	(847)	(304)	(8.119)	(2.921)
<b>Total</b>	<b>291.621</b>	<b>172.247</b>	<b>(8.119)</b>	<b>(2.921)</b>

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2021 no individual e no consolidado correspondem a R\$ 36.574 e R\$ 498.047 respectivamente (R\$ 56.774 e R\$ 635.369 em 2020).

O montante de passivo diferido de R\$11.040 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015 proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda. na controlada Alelo.

## 28. Passivos contingentes

A Empresa e suas controladas são parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

As controladas são parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas e previdenciárias	83.055	104.196	88.570	109.243
Tributárias	9.217	13.659	95.980	89.605
Cíveis	15	1.393	14.637	10.356
	<b>92.287</b>	<b>119.248</b>	<b>199.187</b>	<b>209.204</b>
Circulante	1.781	683	21.918	14.694
Não circulante	90.506	118.565	177.269	194.510

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas/reversões	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020	Adições

→☆ continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Elo Participações Ltda. (Em milhares de reais)**

**31. Despesas por natureza**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Custo dos serviços prestados (a)	—	—	(3.136.612)	(2.163.004)
Despesas com pessoal	(12.163)	(13.258)	(730.671)	(574.175)
Infraestrutura	(14.288)	(5.064)	(324.616)	(304.628)
Despesa de marketing	(1.952)	(557)	(490.356)	(371.349)
Honorários profissionais	(8.510)	(2.958)	(203.757)	(187.019)
Serviços de terceiros	(903)	(1.064)	(106.521)	(94.594)
Despesas de aluguel e manutenção	(319)	(1.457)	(18.336)	(19.297)
Despesas de serviços financeiros	—	—	(201.717)	(91.556)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(45)	(142)	(3.842)	(9.652)
Depreciações e amortizações	(1.040)	(1.179)	(145.957)	(89.954)
Tributos e taxas administrativas	(16)	(99)	(3.517)	(5.744)
Despesas com telefonia	(762)	(11)	(3.698)	(2.146)
Despesas de contribuições e doações	(84)	(182)	(8.441)	(17.849)
Despesas com material de escritório	(32)	(19)	(7.498)	(3.289)
Outras receitas/(despesas) administrativas	23.935	(24.266)	(209.774)	(214.080)
Outras receitas/(despesas) (b)	136.513	(3.187)	(51.888)	(165.040)
	<b>120.334</b>	<b>(53.443)</b>	<b>(5.647.201)</b>	<b>(4.313.376)</b>

a) Refere-se a custos das controladas nas prestações de serviços.  
 b) Substancialmente na controladora, refere-se a ganhos de capitais, e no consolidado, trata-se de perdas operacionais, processos e custas judiciais.

**32. Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Aplicações financeiras	30.899	21.308	335.590	177.319
Atualizações monetárias	8.274	460	12.803	1.205
Variação cambial positiva	—	—	100	1.255
Juros e multas recebidos	—	—	10.579	14.119
Programa de incentivos às vendas	—	—	19.611	14.028
Descontos obtidos	48	10	869	3.508
Outras receitas	989	559	18.226	21.729
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>40.210</b>	<b>22.337</b>	<b>397.778</b>	<b>233.163</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Bonificações e descontos concedidos	(12)	—	(474.705)	(307.654)
Programa de incentivos às vendas	—	—	(11.681)	(13.574)
Atualização monetária	—	—	(22.203)	(3.265)
Juros e multas	(63)	(247)	(26.465)	(4.360)
Variação cambial negativa	(1)	(1)	(156)	(545)
Despesas bancárias	(382)	(2.826)	(30.363)	(49.871)
Outras despesas (a)	(3.780)	(1.039)	(20.948)	(12.490)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(4.238)</b>	<b>(4.113)</b>	<b>(586.521)</b>	<b>(391.759)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>35.972</b>	<b>18.224</b>	<b>(188.743)</b>	<b>(158.596)</b>

a) Refere-se substancialmente a PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

**33. Obrigações e compromissos**

**a. Serviço de captura de transações**

Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem

prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente.

**b. Serviço de processamento de transações com cartões Alelo**

Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Alelo. O contrato iniciou-se em 24 de março de 2006.

**c. Serviço de emissão de cartões Alelo**

Processo de emissão e personalização dos cartões.

**d. Logística de entrega e transporte de cartões Alelo**

Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Alelo e vale-transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por quaisquer das partes.

**34. Cobertura de seguros**

A Empresa e suas controladas mantém política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração são para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as principais apólices de seguros são:

<b>Tipo</b>	<b>Importância segregada</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Predial	125.670	42.082
Responsabilidade civil	655	761

**35. Gestão de riscos**

Uma das atribuições da Empresa como holding, é centralizar a estrutura de gerenciamento de riscos de suas controladas. O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles executados na Empresa de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das suas controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os comitês de gestão de riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos das controladas. Este é o grupo que com sua responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Empresa conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e com as boas práticas de mercado, a Empresa dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional e controles internos, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A Empresa trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Por se tratar de uma holding e realizar a consolidação econômico-financeira de suas controladas, a Empresa não possui riscos de mercado e risco de liquidez. Estes riscos estão atribuídos às suas controladas, que são os geradores destas exposições. Estes riscos são tratados individualmente em cada uma das controladas. Com relação aos riscos mencionados

anteriormente, o único cuja Empresa está exposta é o risco operacional em detrimento dos processos de atendimento às suas controladas.

**• Risco Operacional**

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada às práticas de mercado, políticas internas da EloPar e à Resolução CMN nº 4.557/17.

**36. Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)**

A Lei 12.865/13, trouxe uma roupagem jurídica específica para o que foi denominado de "arranjo de pagamento", atribuindo ao Instituidor do Arranjo de Pagamento ("IAP"), a responsabilidade por estipular regras e princípios que disciplinem os serviços de pagamento, e ao Banco Central do Brasil competência para disciplinar, autorizar e fiscalizar os Arranjos de Pagamento. No contexto da supracitada Lei, a controlada Elo Serviços S.A. é classificada como IAP, estando os Arranjos de Pagamento instituídos pelo IAP sujeitos, portanto, à aprovação do Banco Central do Brasil para fins de funcionamento.

A controlada Alelo S.A. deverá atender-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A controlada TAMOU todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento, e já realizou o protocolo do pedido de autorização, aguardando a manifestação do BACEN.

**37. Outras informações**

Dado o cenário de continuidade do surto de coronavírus (COVID-19) no ano de 2021, a Organização Mundial da Saúde (OMS) manteve a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (anunciada desde janeiro de 2020). As consequências do surto, incluindo as importantes decisões de governos e iniciativa privada, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem, na sua extensão, gerar impacto relevante nos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Elo Participações, visando implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, visando a proteção dos índices de solvência e do patrimônio da Empresa.

A performance dos resultados apurados no exercício de 2021 refletem o efeito da retomada de atividades de setores relevantes da economia brasileira, dessa forma as empresas que compõem o grupo EloPar, em sua maioria conseguiram evoluir ou manter seu resultado.

**38. Eventos subsequentes**

Em 25 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos Sócios a cisão parcial do patrimônio líquido, no montante de R\$614.542, representado por 100% do investimento antes detido pela Sociedade na empresa Kartra Participações Ltda. (Kartra), com a posterior incorporação das parcelas cindidas da seguinte forma: a) 50,01% pela Bradescard Elo Participações S.A. e 49,99% pela BB Elo Cartões Participações S.A.

A citada aprovação foi precedida de uma operação de compra e venda de três quotas representativas do capital social da Kartra entre a Sociedade e a Elo Holding Financeira S.A., subsidiária integral da Sociedade, de forma que no momento da cisão parcial a Sociedade detinha 100% das quotas da Kartra.

<b>Diretoria</b>					<b>Contador</b>	
<b>Vinicius Urias Favarão</b>	<b>Marco Aurelio Picini de Moura</b>	<b>Esther Dalmas</b>	<b>Leandro Jose Susin</b>	<b>Marcos Antonio Ribeiro dos Santos</b>	<b>CRC 1SP22535/O-0</b>	
Diretor Presidente	Diretor	Diretora	Diretor			

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**AosACIONISTAS, ao Conselho de Administração e aos Administradores da Elo Participações Ltda.**

Barueri - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elo Participações Ltda. ("Empresa" ou "EloPar") identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elo Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de

não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022  
 **KPMG Auditores Independentes Ltda.** **André Dala Pola**  
 CRC SP014428/O-6 Contador - CRC 1SP214007/O-2

**Bioagri Análises de Alimentos Ltda.**

CNPJ: 00.000.410/0001-32

**Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 - Em Milhares de Reais**

	<b>Balanco Patrimonial</b>		<b>Balanco Patrimonial</b>		<b>Demonstração do Resultado</b>			
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>		
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>6.938</b>	<b>6.407</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido/Circulante</b>	<b>6.645</b>	<b>4.839</b>	Receita operacional líquida	17.844	11.836
Caixa e equivalentes a caixa	58	738	Fornecedores	2.819	1.262	Custos dos serviços prestados	(16.984)	(14.099)
Contas a receber de clientes	4.366	2.851	Salários e encargos sociais a pagar	908	717	<b>Lucro bruto</b>	<b>861</b>	<b>(2.262)</b>
Estoques	819	914	Impostos e contribuições a recolher	387	273	<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(3.756)</b>	<b>(2.213)</b>
Impostos e contribuições a recuperar	1.372	1.664	Outros passivos	2.530	2.587	Despesas com vendas	(2.219)	(2.031)
Outras contas a receber	323	240	<b>Não circulante</b>	<b>2.395</b>	<b>—</b>	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.349	2.205
<b>Não circulante</b>	<b>36.280</b>	<b>35.534</b>	Partes relacionadas	2.395	—	<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>(2.766)</b>	<b>(4.301)</b>
Depósitos compulsórios, judiciais e outros ativos	—	10	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>34.177</b>	<b>37.102</b>	<b>Resultado financeiro:</b> Receitas financeiras	254	177
Imobilizado	36.270	35.507	Capital social	61.916	61.916	Despesas financeiras	(412)	(481)
Intangível	10	18	Reserva legal	10.255	10.255	<b>Lucro antes do IR e da CS</b>	<b>(2.924)</b>	<b>(4.605)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>43.218</b>	<b>41.941</b>	Reservas de lucros	(37.994)	(35.070)	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(2.924)</b>	<b>(4.605)</b>
			<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>43.218</b>	<b>41.941</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(2.924)</b>	<b>(4.605)</b>

Publicação para atender os requerimentos dispostos na Deliberação da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP nº 2 de 25/03/2015. As demonstrações financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da empresa.

<b>Eugênio Luporini Neto</b>	<b>Juan Matias Seragopian</b>	<b>Claudiana Volpato Godoy</b>
Diretor Presidente	Diretor Financeiro	Contadora - CRC 1SP296924/O-0